



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADCM/3/2025/DMCG

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

Ajuste Direto Critério Material - artigo 24º, n.º1, alínea e) e subalínea i) do CCP.

A escolha do procedimento em função de critérios materiais permite a celebração de contratos de qualquer valor. O valor estimado da despesa a efetuar é no máximo de 8.130,08€.

A adoção do ajuste direto critério material, ao abrigo da subalínea i), alínea e) do n.º1 artigo 24º do CCP encontra-se devidamente validada pela DMSJ, nos termos do parecer emitido por aqueles serviços no presente pedido de requisição.

Artigo 22º do CCP

Dispensado de análise do artigo 22º atendendo à formação de contrato em função de critérios materiais.

2 - Objeto do Contrato

COLEÇÃO DE ARTE MUNICIPAL - Galeria Nuno Centeno - aquisição da obra de arte sem título", de 2023 - Óleo sobre tela; 180 x 195 cm- de autoria de Maria Capelo, para integrar a Coleção Municipal de Arte..

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Designação:

COLEÇÃO DE ARTE MUNICIPAL - Galeria Nuno Centeno - aquisição da obra de arte sem título", de 2023 - Óleo sobre tela; 180 x 195 cm- de autoria de Maria Capelo, para integrar a Coleção Municipal de Arte.

5 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Obras de arte com a referência interna 92311000-4.

6 - Prazo da execução do contrato

90 Dias

7 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município do Porto, situada em Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, com os números de telefone 222097216 e de fax 222097296 e com o endereço eletrónico suportepce@cm-porto.pt

O contrato é adjudicado por uma central de compras?

Sim

8 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade da Diretora Municipal de Cultura e Património No uso da competência atribuída pelo art.º 14 das Normas de Execução do Orçamento de 2025, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal na sua sessão de 19 de novembro de 2024, publicada no B.M.E. n.º 4624, de 03.12.2024 e pela O.S. NUD/137669/2024/CMP, de 27/02/2024, publicada no BME n.º 4585, pode autorizar despesa até 49.880,00 Euros.

9 - Têm fundos EU?

Não

10 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Não

11 -**Previsão de renovações**

Não

12 - Contrato adequado para PME

Não

13 - Gestores de contrato

Eduarda Maria Gulpilhares Paiva

(Responsável principal)

Nathalia Galera Silva

Delegação no gestor de contrato das seguintes competências, nos termos do n.º 5 do artigo 290.º-A do CCP:

Adoção de medidas corretivas caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação de contrato.

14 - Critério

O procedimento será realizado através do critério material, ao abrigo do disposto na alínea e.i do número 1 do artigo 24.º do CCP.

15 - Fundamentação na escolha do critério material

Nos termos do parecer do DMACEP constante do PR.

16 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea i) do Código dos Contratos Públicos

17 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

18 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não

19 - Preço Base

O preço base fixado será de 8.130,08 euros.

Fundamentação da escolha do preço anormalmente baixo

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 71.º CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

20 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
- Documento com o Preço Total, que não deve incluir o IVA.

21 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

22 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certificado de registo criminal, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina 'Contratação Pública';

- Cópia da certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente ou da acta de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respectivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa colectiva sem carácter comercial ou industrial;
- Declaração do anexo II ao presente Código, do qual faz parte integrante;
- Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP;
- Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP;
- Documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.

23 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

24 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

25 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 3 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 17 horas.

26 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

27 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

28 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso a Diretora Municipal de Cultura e Património.

29 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.

ANEXO I – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação⁽⁹⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁰⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹¹⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽¹²⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória

⁽⁹⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽¹⁰⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽¹²⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽¹³⁾.

⁽¹³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁴⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹⁵⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹⁶⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹⁷⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

⁽¹⁴⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽¹⁵⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁶⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹⁷⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º